

ÍNDICE

PRESENTACIÓN	11
LA SEGURIDAD AMBIENTAL TRANSFRONTERIZA: EL MARCO JURÍDICO INTERNACIONAL.	13
José Juste Ruiz	
1. Introducción	14
2. La seguridad ambiental en su dimensión transfronteriza	15
A) Orígenes y alcance de los problemas	15
B) Seguridad ambiental en las relaciones de vecindad	17
C) Seguridad ambiental global	19
D) Gobernanza ambiental	19
3. El Marco internacional para preservar la seguridad ambiental transfronteriza	20
A) El principio de cooperación y sus corolarios	21
B) El principio de prevención y sus corolarios	23
C) Preparación y respuesta en caso de accidente	26
D) Responsabilidad y reparación de daños ambientales	29
4. Conclusión	32
5. Bibliografía	33
LA CONTAMINACIÓN POR NITRATOS EN EL GUADIANA: UNA NECESARIA COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA	35
Ana Cristina Gallego Hernández	
1. Introducción	36
2. La cooperación transfronteriza en materia de protección medio ambiental en el río Guadiana	38
2.1. Experiencias históricas	38
2.2. Actual acuerdo bilateral en materia de cooperación sobre las Cuencas Hidrográficas Hispano-Portuguesas de 1998	40
2.3. La protección del medio ambiente en el Convenio de Albufeira	41
3. El control de la contaminación por nitratos en las aguas del Guadiana visto desde el Convenio de Albufeira	42

3.1. ¿En qué consiste la contaminación por nitratos?	42
3.2. La distribución competencial en el control de la contaminación por nitratos	43
3.3. ¿Existe una actuación de cooperación transfronteriza Hispano-Lusa para controlar la contaminación por nitratos en las aguas del Guadiana?	45
4. Conclusiones	47
5. Bibliografía	48

COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA Y COOPERACIÓN INTERNACIONAL FRENTE A CATÁSTROFES EN LAS RELACIONES LUSO-ESPAÑOLAS.

CONSIDERACIONES EN TORNO AL PROTOCOLO DE ÉVORA DE 1992	49
Andrés Bautista-Hernández	

Introducción	50
1. Aproximaciones conceptuales en materia de protección civil	53
2. Cooperación Luso-Española frente a catástrofes	56
A) Ámbitos de cooperación	56
B) Estudio de los principales Acuerdos bilaterales entre España y Portugal en esta materia	58
i) Tratado de Amistad y Cooperación entre España y Portugal	60
ii) Protocolo de Évora	60
iii) Protocolo Adicional de Figueira da Foz	66
3. La cooperación transfronteriza entre entidades territoriales Hispano-Lusas	69
4. Órganos nacionales de gestión en caso de catástrofe	73
4.1. España: Dirección General de Protección Civil y Emergencias	74
4.2. Portugal: <i>Autoridade Nacional de Protecção Civil</i>	75
4.3. Órganos Competentes en la Cooperación Transfronteriza en Materia de Protección Civil	76
5. Conclusiones	77
6. Bibliografía	79

AVANCES CIENTÍFICOS, CALIDAD DE LAS AGUAS Y RELACIONES TRANSFRONTERIZAS HISPANO-LUSAS: LA NECESARIA INTERACCIÓN ENTRE SISTEMAS NORMATIVOS A LA LUZ DEL ARTÍCULO 13 DEL CONVENIO DE ALBUFEIRA

María Isabel Torres Cazorla	
1. Introducción	84
2. El artículo 13 del convenio de albufeira: remisiones normativas en presencia	86
3. Calidad de las aguas de baño en las cuencas hidrográficas Hispano-Lusas: la complejidad de las interacciones normativas	92
a) Una visión general de las Directivas relativas a esta cuestión	92
b) Las cuencas Hispano-Lusas y la incidencia de las Directivas sobre calidad de las aguas de baño respecto de las mismas	95
4. Conclusión	98
5. Bibliografía	99

DANO ECOLÓGICO NA ZONA ECONÓMICA EXCLUSIVA DOS AÇORES RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR OMISSÃO DE DEVERES DE FISCALIZAÇÃO	103
Joana Catarina Neto dos Anjos	
1. Introdução	104
2. Análise jurisprudencial	105
2.1. Sentença do Tribunal Administrativo de Círculo e Recurso para o Tribunal Central Administrativo	105
2.2. Admissão do Recurso de Revista Excepcional para o Supremo Tribunal Administrativo	108
3. Pressupostos da responsabilidade civil por dano ecológico	110
3.1. O dano ecológico	112
3.2. O acto ilícito omissivo e o nexo de imputação do facto ao agente ..	119
3.2.1. Acto ilícito omissivo	119
3.2.2. Nexo de imputação do facto ao agente	122
3.3. O nexo de causalidade entre o facto e o dano	126
3.3.1. O problema substantivo da imputação	126
3.3.2. O ónus da prova do nexo causal	127
4. Conclusão	130
4.1. A decisão do STA de 20 de Fevereiro de 2014	130
4.2. Síntese Conclusiva	133
5. Bibliografia	134
 BACIAS HIDROGRÁFICAS LUSO-ESPAÑHOLAS E COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA	 137
Daniel Tavares da Silva	
Introdução	138
1. Cooperação transfronteiriça: caracterização, regime e prática Luso-Espanhola	138
1.1. Caracterização	138
1.2. Regime Jurídico e Prática Luso-Espanhola	139
2. Cooperação transfronteiriça ambiental	141
2.1. Caracterização genérica	141
2.2. As bacias hidrográficas internacionais Luso-Espanholas	143
2.2.1. Objectivos e cooperação	143
2.2.2. Normativos nacionais, comunitários e internacionais	145
3. A convenção de Albufeira. Objectivos e mecanismos de cooperação	147
3.1. Objectivos	147
3.2. Os mecanismos de cooperação da Convenção de Albufeira	147
3.3. A insuficiente participação transfronteiriça	148
4. Alguns projectos de cooperação no domínio hídrico	150
5. Conclusão	151
6. Bibliografia	151
 A ENERGIA NUCLEAR: UMA REALIDADE POSSÍVEL?	 153
Carlos Sérgio Madureira Rodrigues	
1. Introdução	154
2. A energia nuclear	156

3. Política energética nuclear e o EURATOM	159
3.1. A questão dos resíduos	160
4. A Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA/IAEA)	161
5. A actualidade comunitária	162
5.1. Campo Político	164
5.2. Outros documentos	164
6. Segurança nuclear	165
7. Cooperação e segurança nuclear	166
8. Forum Europeu da Energia Nuclear (ENEF)	167
9. O contributo francês	168
9.1. Evoluções	168
9.2. A Lei «TSN» (Loi nº 2006-686, 13 Junho 2006, relativa à transparência e à segurança em matéria nuclear).....	168
9.3. L'Autorité de Sûreté Nucléaire Défense (ASND).....	169
9.4. Democracia e energia nuclear.....	170
10. O cenário português.....	171
11. Cooperação internacional.....	172
11.1. Cooperação Transfronteiriça	174
12. Conclusões	175
13. Bibliografia	176

O DEVER DE COOPERAÇÃO NA DIRETIVA-QUADRO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO E GESTÃO COSTEIRA INTEGRADA ENTRE SEGURANÇA AMBIENTAL, COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRAS E COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA.....	177
--	------------

Fátima de Castro Moreira

1. Introdução	177
2. O dever de cooperação na CNUDM: entre a proteção do ambiente e a soberania dos estados	180
3. O direito do mar na Europa: das Convenções Multilaterais Regionais ao Direito da UE	187
4. Reflexões sobre a diretiva de ordenamento de espaço marítimo e gestão costeira integrada	193
5. O dever de cooperação entre Estados-Membros	196
6. O dever de cooperação de Estados-Membros para estados terceiros	199
7. Conclusão	199
8. Bibliografia	200